



PPP

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO



CRECHE-ESCOLA MARIA VITÓRIA CORREIA



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



CRECHE-ESCOLA MARIA VITÓRIA CORREIA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Creche - Escola Maria Vitória Correia
Secretaria Municipal de Educação
ANGUERA-BA, 2022

Projeto (re)elaborado coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussões dos problemas da escola para organização do trabalho pedagógico.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

Juliane de Carvalho Correia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:

DIRETORA ESCOLAR

Juciélia Oliveira Souza de Oliveira

VICE- DIRETORA:

Marla Pereira Carvalho

COORDENADORA PEDAGÓGICA:

Deusnize Correia Brito

PROFESSORAS:

Evanize de Jesus Silva Moreira

Patrícia Rodrigues de Jesus

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Sampaio Oliveira

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1. Organização Institucional e Perfil Identitário

1.1.1. Função Social

1.1.2. Visão, Valores e Missão

1.1.3. Características e Finalidades

1.1.4. Objetivos

1.2. Linha do Tempo: a História Institucional

1.3. Diagnóstico Atual

1.3.1. Avaliação Institucional

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino;

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho;

2.4. Concepção de Currículo

2.4.1. Fundamentos do Currículo;

2.4.2. Princípios do Currículo

2.5. Concepção de Gestão Democrática

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

2.6.3. O respeito à diversidade

3. DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

3.3. Os Temas Integradores

Educação em Direitos Humanos

Educação para a Diversidade

Educação para o Trânsito

Saúde na Escola

Educação Ambiental

Educação Financeira e para o Consumo

Cultura Digital

Educação Fiscal

Parte Diversificada

3.5. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

Perfil da Docência:

Perfil do Estudante:

4. ETAPAS DO ENSINO

4.1. Educação infantil

Aprendizagem:

Direitos:

4.1.1. Creche

4.1.2. Organizador Curricular e a Contextualização da Parte Diversificada

5. POLÍTICAS E MODALIDADES DO ENSINO

5.1. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

5.1.4. Diretrizes e indicadores da Avaliação

5.1.5. Princípios Orientadores da Inovação Tecnológica

5.1.6. Diretrizes e Inovação Tecnológica

5.1.7. Diretrizes e indicadores de Avaliação

5.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

5.2.1 Concepção de Assistência Estudantil

Acesso:

Permanência:

5.2.3. Diretrizes da Assistência Estudantil

5.3. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL DOS SERVIDORES

5.3.1. Concepção da Formação Continuada

5.3.2. Princípios Orientadores da Formação Continuada

5.3.3. Diretrizes da Formação Continuada

5.4. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA E ESCOLA
/COMUNIDADE

5.4.1. Concepção da comunicação escola/família/comunidade

5.4.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

5.4.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

6.2. Aspectos Teórico-Metodológicos dos Processos

6.3. Diretrizes para a implementação do Processo

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIA

ANEXO I – Diagnósticos

ANEXO II – Planos de ação

ANEXO III – Plano de Curso (Art.17 da Resolução CEE nº 137/2019)

INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico é o documento que define a intencionalidade e as estratégias da escola, buscando orientar o trabalho pedagógico durante todo o ano letivo. É um dos principais documentos norteadores da unidade escolar, que além de desenhar suas especificidades educacionais, nos possibilita meios de desenvolver nossas ações de forma organizada e planejada, pautada ainda nas (auto)avaliações tanto da Instituição quanto dos Integrantes que a compõem.

Desse modo, a (re)elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Creche-Escola Maria Vitoria Correia pauta-se na consolidação de um conjunto de diretrizes organizacionais fundamentados na LDB (9394/96) e no Estatuto da Criança e do Adolescente que visam orientar o trabalho da referida Instituição, com base em objetivos e valores capazes de promover o desenvolvimento de ações educacionais humanizadoras por meio do fazer pedagógico e da gestão associativa da nossa Instituição.

Assim, nós da Creche-Escola Maria Vitória Correia acreditamos em propostas pedagógicas, na Educação Infantil que proporcionem a ampliação do repertório cultural das crianças, respeitando os direitos de aprendizagem da Educação Infantil que perpassam pelas ações do brincar, comunicar, explorar, participar, aprender e (re)conhecer-se como sujeitos ativos do seu próprio desenvolvimento educacional.

Dessa forma, esse documento, elaborado coletivamente, funcionará como um instrumento norteador tanto das nossas práticas gestoras, que na Instituição supracitada se dá de forma democrática, quanto das práticas pedagógicas. Contudo, ressaltamos que o nosso Projeto Político-Pedagógico não será algo pronto e acabado, mas sim constantemente avaliado e reconstruído, pautando-se nos preceitos de um Currículo vivo e mutável conforme as demandas que emanam dos saberes e necessidades partilhadas nas vivências da sala de aula e para além dela, pois acreditamos numa concepção de ensino dialógica ancorada no respeito a identidade dos nossos educandos e nas suas experiências de vida.

1. IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

NOME: Creche - Escola Maria Vitória Correia;

ENDEREÇO: Conjunto Filadelfo Vieira Neves S/N, Centro;

CEP: 44.670-970;

MUNICÍPIO: Anguera – Bahia;

LOCALIZAÇÃO: Urbana;

E-MAIL: nucleoinfantil.anguera@gmail.com;

TELEFONE: (75) 98160-0651;

CNPJ: 20.690.104/0001-82;

CÓDIGO DO INEP: 29458919;

ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal de Anguera;

ATO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO: RESOLUÇÃO CME N°002-01 de agosto de 2014;

MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS: Educação Infantil – Creche.

NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO DE ESTUDANTES:

SÉRIE	TURMA	TURNO	QUANTIDADE DE ALUNOS MATRICULADOS (NO SISTEMA)	CÓDIGO DA TURMA
BERÇÁRIO		INTEGRAL	10	22464265
GRUPO 01		MATUTINO	12	26464268
GRUPO 02		MATUTINO	20	26464270
GRUPO 03	A	MATUTINO	19	26464271
GRUPO 03	B	MATUTINO	17	26464272
GRUPO 01	A	VESPERTINO	12	26464266
GRUPO 01	B	VESPERTINO	10	26464267
GRUPO 02		VESPERTINO	18	26464269
GRUPO 03		VESPERTINO	18	26464273
			TOTAL: 139	

Fonte: Censo Escolar 2022

QUADRO DE PROFISSIONAIS:

A Creche Maria-Vitória de Anguera-Ba, é formada pelos seguintes funcionários no período do ano letivo de 2022:

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
JUCIELIA O. SOUZA DE OLIVEIRA	DIRETORA	LICENCIADA
MARLA P. CARVALHO FERREIRA	VICE-DIRETORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
DEUSNIZE PEREIRA C. BRITO	COORDENADORA	LICENCIADA
LIGIA PEREIRA DOS S. MORAES	DIGITADORA	ENSINO FUNDAMENTAL
ROZEANE SANTOS BORGES	AUX. ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA LILIANE S. DE JESUS RODRIGUES	AUX. ADMINISTRATIVO	ENSINO MÉDIO COMPLETO
JAILDE DA S. LIMA PEREIRA	PROFESSORA	LICENCIADA
EVANIZE DE J. SILVA MOREIRA	PROFESSORA	LICENCIADA
GIRLEIDE LAINA DE JESUS	PROFESSORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
EDNA SILVA SANTOS ALVES	PROFESSORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
SONIA MARIA DE C. SANTANA	PROFESSORA	LICENCIADA
PATRICIA R. DE JESUS	PROFESSORA	LICENCIADA
SANDRA MARIA B. DO NASCIMENTO	PROFESSORA	LICENCIADA
MARIA DA CONCEIÇÃO L. DE OLIVEIRA	PROFESSORA	LICENCIADA
ELIETE CAITANA MOREIRA	PROFESSORA	LICENCIADA

VANESSA TELES RODRIGUES	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA JOSÉ DOS S. CORREIA	AUXILIAR	LICENCIADA
MARCIANA BORGES DA SILVA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
IVANETE DOS REIS CONCEIÇÃO	AUXILIAR	LICENCIADA
VERA LUCIA P. SILVA FERREIRA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA RADAMES DA SILVA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
GRACIELE MOREIRA SAMPAIO	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA SONIA BISPO ARAUJO	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
IVONETE OLIVEIRA SOUZA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARILENE S. BASTOS DOS SANTOS	AUXILIAR	ENSINO SUPERIOR
ITAMARA TELES SOUZA	AUXILIAR	ENSINO MÉDIO COMPLETO
MARIA DA PAIXÃO S. CARVALHO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
NARMELIA ALVES PEREIRA	COLABORADORA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
ALINE SILVEIRA OLIVEIRA	COLABORADORA	1º GRAU INCOMPLETO
VANIA SILVEIRA OLIVEIRA	LACTARISTA	1º GRAU INCOMPLETO
MARIA DO CARMO CONCEIÇÃO SILVA	AUX. MERENDEIRA	1º GRAU INCOMPLETO
MARLENE BATISTA	COLABORADORA	1º GRAU COMPLETO
MANUELA C. DE LIMA	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
ROSIMEIRE DE O. FERREIRA CARNEIRO	COLABORADORA	ENSINO MÉDIO COMPLETO
LILIA ALMEIDA LIMA	COLABORADORA	1º GRAU INCOMPLETO
ROBERTA RODRIGUES SOUZA	COLABORADORA	1º GRAU INCOMPLETO
FABRICIA LIMA ARAUJO	COLABORADORA	1º GRAU INCOMPLETO

1.1. PERFIL IDENTITÁRIO DA INSTITUIÇÃO

1.1.2 Função Social: Missão, Visão e Valores

A função social da nossa escola reside no trabalho colaborativo realizado por cada colaborador com o intuito de fomentar a integração de cada criança que chega à instituição. Temos, assim, o compromisso de fomentar uma Educação humanizada, acolhedora e participativa contemplando a comunidade escolar como um todo com o intuito de fortalecer nossas ações educativas em prol do desenvolvimento dos nossos pequenos.

Em consonância ao parágrafo anterior, a missão da nossa instituição de ensino pauta-se em proporcionar a melhoria da qualidade de vida e a conquista da autovalorização através da educação para a cidadania. Pauta-se ainda, na

realização de práticas pedagógicas criativas e lúdicas com o intuito de promover o desenvolvimento das competências cognitivas, afetivas e sociais de cada criança de forma individualizada com o propósito de fomentar a integração de todos.

A Creche-Escola Maria Vitória Correia tem como visão a ampliação do nosso compromisso em construir com toda comunidade escolar a melhoria da sociedade por meio de ações socioeducativas, proporcionando um espaço acolhedor para o desenvolvimento da aprendizagem e promoção dos aspectos culturais. Assim, nossa visão ancora-se no reconhecimento por parte da comunidade de Anguera como um ambiente educacional que busca desenvolver um trabalho de excelência pautado no cuidado e no respeito, objetivando garantir o direito das nossas crianças bem como o bem estar de cada uma delas.

A atuação da Creche-Escola Maria Vitória Correia norteia-se a partir dos seguintes valores:

- ✓ Respeito;
- ✓ Ética;
- ✓ Honestidade;
- ✓ Responsabilidade;
- ✓ Integridade física e cognitiva;
- ✓ Comunicação eficaz;
- ✓ Organização e cooperação; e
- ✓ Acolhimento e alegria.

Desta forma, nossa instituição de ensino é regida por princípios firmes que alicerçam a seriedade e o compromisso do nosso trabalho educativo. Baseamos nossa prática educacional na crença de que cada ser humano é único e capaz de construir caminhos que os conduzam a construção do conhecimento.

A Equipe da Creche-Escola Maria Vitória Correia entende a instituição de educação infantil como um espaço onde a criança pode se desenvolver através de um processo rico em interações e construções de conhecimentos significativos, exercendo sua cidadania desde a infância.

1.1.3 Características e Finalidades

A construção e o estabelecimento de vínculos e a abertura de diálogos com as famílias têm início desde o momento da matrícula. Um segundo momento de aproximação, antes mesmo de iniciar o período letivo, é a entrevista individual com cada família, realizada pela direção, que segue um modelo de anamnese, seguido do período de adaptação das crianças no ambiente escolar.

Houve um aumento de alguns problemas sociais como: drogas, violência e gravidez na adolescência. E, ao constatarmos o agravamento dessas situações, que se tornaram recorrentes em nossa realidade e, percebemos que direta ou indiretamente afetam nossa comunidade. Dessa forma, a metodologia de nossa instituição estará pautada não só no pedagógico, mas pretende também oferecer um suporte social às famílias por meio de parcerias com a Secretaria de Ação Social, Secretaria de Saúde, entre outras.

A Creche tem capacidade de atender aproximadamente 135 crianças que variam aos diferentes níveis econômicos. Dentre as famílias atendidas, a maioria são assalariadas, outros têm renda baixa, sobrevivem dos auxílios do governo federal, sendo que alguns pais trabalham como autônomos (motorista, pedreiro, doméstica/diarista, comerciante, entre outros).

Para cumprimento da carga horária do atendimento de matrícula em tempo parcial a instituição cumpre o mínimo de 800 horas letivas que corresponde a 200 dias letivos. Para atendimento a carga horária de matrícula em tempo integral a instituição cumpre o mínimo de 1600 horas anuais em 200 dias letivos e 07 horas e 30 minutos diários, conforme previsto nas leis de diretrizes e base da educação. O período de atendimento da instituição está dividido em trimestres e definido em calendário letivo anualmente, o qual é organizado pela Secretaria Municipal de Educação.

O ambiente da Creche-Escola, juntamente com a mobília, está em sintonia com a proposta pedagógica e oferece espaços de convívio, possibilitando trabalho em pequenos grupos, de forma a ser um convite à prática de pesquisa e criação, descentralizado do adulto. Espaços bem planejados são também um convite à

experiência motora e às aprendizagens emocionais e relacionais, que são modificadas conforme as etapas de investigação e as fases do desenvolvimento.

A oferta dos ambientes planejados vai além da estrutura física, traz diversidade de escolhas para brincar e explorar, com disponibilização de materiais variados, como os jogos de peças pedagógicas, livros, materiais não estruturados. Incluem-se aos ambientes educativos, além da sala de referência, o rocódromo, paredão de arte, tanque de areia, espaço para animais, assim como o espaço do pátio, área verde (árvores frutíferas, hortas). Portanto, a Creche-Escola Maria Vitória Correia oferece ambientes acolhedores e convidativos que atraem e possibilitam a socialização.

A Creche-Escola Maria Vitória Correia se constitui como espaço promotor de: afetos, curiosidade, criatividade, sonhos, produção e fruição da arte, da cultura e da ciência, inovação, solidariedade, saúde, autonomia, cidadania, acolhimento, inclusão e felicidade, cumprindo assim o seu papel de formar cidadãos integrais e integrados, livres, criativos, críticos, autônomos e responsáveis. Buscamos sempre ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades das crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar a educação familiar. A família é o pilar principal que a criança tem, a qual deve ser constituída de amor, respeito e cuidado.

A instituição tem como finalidade trabalhar de maneira indissociável os atos de cuidar e educar, possibilitando à criança o acesso a um rico patrimônio cultural para que esta se aproprie dos conhecimentos elaborados ao longo do processo histórico da humanidade, ou seja, o conhecimento científico considerando as especificidades das propostas na primeira infância, principalmente, na faixa etária de zero a três anos e 11 meses. A escola vem complementar as ações de cuidar e educar de modo planejado, intencional e fundamentado nos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano, educativo, emocional e social.

ESTRUTURA FÍSICA

A estrutura da Creche-Escola está distribuída de acordo com as seguintes dependências:

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADES
Sala da direção	01
Sala dos professores	01
Salas de aula com solário	04
Refeitório	01
Cozinha	01
Lactário	01
Banheiro social	02
Vestiários	02
Banheiros adaptados infantis	03
Banheiro/fraldário	01
Sala do sono	01
Almoxarifado	02
Lavanderia	01
Pátio interno	01
Área verde com tanque de areia	01
Garagem para carga e descarga	01

1.2 Linha do Tempo: História Institucional

A Creche-Escola recebeu esse nome para homenagear uma cidadã nascida aos 18 dias do mês de outubro do ano de 1918 no município de Ipirá-Ba, filha única de lavradora, que não conheceu seu pai. Sendo registrada como filha natural de Anguera-Ba, que na época pertencia ao município de Feira de Santana. Casou-se aos 18 anos com o Sr. Catarino B. Correia com quem constituiu uma grande família.

Aos 21 anos começou a realizar os seus primeiros partos, adquirindo a profissão de parteira, atendendo até parturientes de municípios vizinhos, além disso, ensinava a fazer remédios caseiros para mães e bebês. Assim, deu continuidade a seu trabalho durante 33 anos, onde se estima ter efetuado em média mil partos,

por mostrar-se muito dedicada no cuidar de parturientes e puérperas recebeu esta homenagem.

Embora a Creche-Escola possua uma estrutura física de qualidade e moderna, adequada para crianças pequenas, consideramos como mais valioso o seu material humano. A creche conta com profissionais que são filhos do município que já permanece a grande maioria por alguns anos na rede de colaboradores. Ações são elaboradas periodicamente pensando em criar vínculos, respeito e empatia entre todos os colaboradores. O respeito, acolhimento e cuidado vem em primeiro lugar, juntamente com uma proposta de ambiente agradável onde a participação das crianças seja contemplada em todos os espaços.

Além da equipe da Secretaria de Educação Municipal, e um trabalho em parceria com a Secretaria de Obras, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Saúde, também buscamos parcerias com pessoas da comunidade que de alguma forma possam contribuir com os projetos desenvolvidos pela escola. Podemos perceber, portanto, que a comunidade local possui uma gama de meios para se inserir na escola de forma a contribuir com a educação, tanto colaborando com a gestão, atuando nos conselhos e desempenhando outros papéis que poderão surgir no decorrer das atividades propostas, sejam elas pedagógicas ou de qualquer outro caráter.

1.3. Avaliação Institucional

A avaliação é parte do processo educativo, e se faz presente para indicar caminhos, desvelar pontos fracos e positivos, assim como promover mudanças para a melhoria da qualidade da educação. É parte importante da organização institucional, tanto para os administradores usarem os resultados para orientar suas ações, no sentido de estimular iniciativas voltadas para uma educação de qualidade, como para fazer sua autoavaliação.

Segundo Oliveira (2004, p. 21):

A avaliação institucional constitui-se como um processo sistemático de discussão permanente sobre as práticas vivenciadas na escola, intrínseco à construção da sua autonomia, já que fornece subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da qualidade do seu trabalho. Essa autonomia não desvincula a escola das demais instâncias do sistema, uma vez que a

avaliação institucional articula as outras avaliações (as externas e as realizadas em sala de aula), possibilitando uma leitura da totalidade das instituições e do sistema.

Dessa forma, visa a reformulação de princípios administrativos e pedagógicos buscando compreender as relações e as estruturas de caráter público e social. Por isso, compreende um processo de autoavaliação na qual a própria instituição faz a análise interna de seus resultados e ações, na qual buscará mensurar as concepções e compreensões da comunidade na qual está inserida quanto aos resultados do trabalho realizado pela instituição.

Para isso, podem ser elaborados instrumentos que possibilitem tal avaliação. Como por exemplo: questionários, encontros com a comunidade, análise dos dados dos indicadores internos e externos como exemplo o **(Programa Dinheiro Direto na Escola** – PDDE ferramenta de planejamento da gestão pública, desenvolvida pelo Ministério da Educação em parceria com as secretarias estaduais e municipais. Tem como característica natural, auto institucional e interativo de cada ponto. Organizado por etapas ajuda a equipe escolar a identificar os principais problemas e definir ações para alcançar os seus objetivos, aprimorar a qualidade de ensino e da aprendizagem e melhorar os resultados.

Nesse sentido, a avaliação institucional torna-se um instrumento que possibilita um diagnóstico da escola como um todo, visando identificar os desafios a serem superados pelo coletivo escolar. Por meio da avaliação institucional é possível que a gestão conheça o que pensam os diferentes segmentos que participam do processo, sendo eles, os pais, professores e funcionários em geral. A partir da análise das respostas é possível promover a melhoria do desempenho da qualidade do atendimento educacional.

2. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

2.1. Concepção Institucional de Ser Humano, Sociedade e Cultura

A escola se fundamenta na concepção do ser humano como ser livre, comprometido com a construção do seu conhecimento, atuante e consciente do seu papel na sociedade. Partimos do princípio de que o ser humano deve ser visto como sujeito autônomo, responsável e capaz de assumir seu próprio projeto de vida, integrando nele suas aspirações e desejos, suas possibilidades reais e seus

deveres. Acreditamos também na manutenção da capacidade de dialogar e trabalhar respeitando as diferenças e aprimorando o respeito, a tolerância, a capacidade de socialização, e que isso seja demonstrado com atitudes habituais.

Nesse sentido, nossa instituição de ensino trabalha na perspectiva sociointeracionista, o que significa dizer que buscamos priorizar as ações com o meio e perceber as crianças como sujeitos históricos e de direitos que, nas suas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam, tornam-se capazes de construir sua identidade pessoal e coletiva, que brinca, imagina, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentido sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Assim sendo, pensamos a sociedade como um sistema de interações humanas, um conjunto de indivíduos que compartilha de um mesmo espaço, porém não se resume a isso, visto que engloba a existência de uma organização social e um conjunto de leis que regem a convivência desses indivíduos em sociedade, a exemplo da Constituição Federal de 1988, que diz que

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Fica claro que a educação, direito assegurado na Constituição, exerce um papel muito importante na sociedade e vice-versa, já que ambas estão relacionadas, sendo papel da educação intensificar o respeito pelas culturas, exercitando a democracia e a cidadania, formando cidadãos sensatos capazes de atuar em sociedade.

2.2. Concepção Institucional de Educação Integral, Escola e Ensino

A Creche-Escola Maria Vitória Correia entende a Educação Integral, em seu sentido mais humano, como essencial para a formação das nossas crianças. Para Gadotti (2009), a Educação Integral é aquela que supera um currículo fragmentado, colonizado e descontextualizado. É Integrada ao se configurar como princípio organizador do currículo escolar e do Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional, considerando o contexto do território, e se torna Integradora na medida em que se reconhece e potencializa a dimensão educativa e coletiva das iniciativas

de desenvolvimento local. Incentiva-se a participação da comunidade e integram-se os esforços de todos os setores, de forma orgânica e democrática. Dessa forma, a Educação é Integral, Integrada e Integradora.

Segundo Saviani (1991, p. 29), "pela mediação da escola, dá-se a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita". Para além desse princípio, a Creche-Escola Maria Vitória Correia tem como concepção de Escola uma instituição formativa tanto no âmbito do saber científico e sistematizado quanto no âmbito do desenvolvimento da criança enquanto ser humano, pois entendemos a escola como, antes de tudo, um local de convivência, de troca de experiências, de descobertas de mundos e da descoberta do outro — e é justamente por causa dessa multiplicidade de interações que é possível construir e se apropriar do saber sistematizado.

Intrinsecamente à concepção de Escola, está a nossa concepção de Ensino, uma vez que a primeira determina a forma como a nossa instituição põe em prática a construção do saber sistematizado. Nossa concepção de Ensino, levando em conta nossa realidade pedagógica de creche-escola, é a de que o aprendizado se dá nas interações da criança com o brinquedo, com seus pares e com os desafios e situações que os adultos que compõem o corpo docente da escola lhes proporcionam em forma de atividades pedagógica. Sobre isso, o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) diz:

A ação do professor de educação infantil, como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem, possibilita a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros (BRASIL, 1998, p.43).

Sendo assim, é de conhecimento de nossa instituição que toda criança tem o direito de aprender, tendo acesso às múltiplas estratégias educativas diferenciadas e diversificadas na perspectiva interacionista, porque reconhece a importância da construção do saber sistematizado no contato da criança com o mundo na formação de sujeitos críticos, autônomos, responsáveis com si mesmo e com o mundo.

2.3. Concepção Institucional de Ciência, Tecnologia e Trabalho

Entendemos a ciência como base para a produção e disseminação de conhecimento. Nesse sentido, tendo em vista que o processo de pesquisa e de investigação é uma parte inerente ao ensino contextualizado, nosso trabalho pedagógico é concebido com vistas a desenvolver e a aprimorar habilidades e competências nas crianças, uma que existe uma teoria científica por trás de cada atividade realizada em sala de aula, e cada uma visa trabalhar uma habilidade específica, como a psicomotricidade, noção de espaço e associação entre sons e letras.

Como consequência direta dos avanços científicos, nossas crianças já nascem imersas no mundo digital. Por isso, utilizar estratégias tecnológicas em sala de aula promoverá ainda mais o protagonismo no processo da construção do conhecimento, valorizando outros caminhos na estruturação da aprendizagem. Contudo, para que essas ferramentas, de fato, auxiliem o ensino e a produção de conhecimento em sala de aula, exige empenho, pesquisa, estudo por todos os docentes e clareza de que ferramentas digitais são apenas recursos e não substituem o pensar, a ação e a reflexão do professor. Nossa concepção de tecnologia está em consonância com o que recomenda a BNCC (2018, p. 9)

Competência 05: que refere à cultura digital, compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informações e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (Incluindo as escolas) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

Assim, compreendemos que a tecnoeducação vai muito além de apenas inserir meios digitais no processo de aprendizagem da criança, mas que, acima de tudo, visa contribuir com o processo de formação da criança, possibilitando o desenvolvimento de habilidades essenciais tanto cognitivas quanto socioemocionais ao ser humano do século XXI, estimulando relações saudáveis de convivência.

Entendemos o trabalho pedagógico como um fluxo de vivências que reproduzimos, criamos e recriamos diariamente com as crianças em nossa creche, nas relações que são estabelecidas entre os diferentes sujeitos que habitam a creche, a partir do cuidado, da escuta e da integração. Partimos de planejamento,

rotinas e propostas, mas não deixamos de entender que tal cotidiano se faz, se cria e se recria durante o acontecimento do mesmo.

A organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil visa assegurar meios e condições objetivas para atingir determinada finalidade, que na perspectiva sócio-histórico-dialética refere-se a uma formação integral, capaz de proporcionar o desenvolvimento da criança que se identifica em diferentes ambientes socioculturais.

Para assegurar a qualidade na Educação Infantil, portanto, exige-se que as atividades propostas cotidianamente concretizem as finalidades e objetivos estabelecidos. Assim sendo, fazemos o uso consciente e proveitoso das novas tecnologias com vistas a construir o conhecimento e incrementar nosso trabalho pedagógico.

2.4. Concepção de Currículo

A Creche-Escola Maria Vitória Correia, no que diz respeito ao currículo da Educação Infantil, entende que este é elemento norteador que busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos. Pensar na Educação Infantil é diferente de pensar em outras formas de educação, visto que não trabalhamos com conteúdos sistematizados, mas sim buscando o total desenvolvimento da criança, através do lúdico, da brincadeira e da interação.

Na Educação Infantil, a criança é vista como protagonista, ela se torna o sujeito ativo da aprendizagem, promovendo e desenvolvendo suas dificuldades, estimulando a percepção, atenção, coordenação, imaginação, autonomia e ética partindo das experiências vividas e da realidade social. Desse modo, não existe um molde pronto para se alcançar o que se objetiva em um currículo — a educação vai sendo elaborada e moldada coletivamente através de diferentes ações.

A Educação Infantil acolhe a criança, a família e os professores, promovendo a interação desses grupos para formar cidadãos autônomos, críticos, capazes de pensar e agir em sociedade. Desse modo, o fazer, agir e o pensar da criança devem ser o centro do projeto educativo na organização de um currículo por campos de experiência, pois é através da ação e observação que a criança vai se desenvolvendo.

Estas discussões estão de acordo com a nova Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil (2009, p. 6), pois este mostra que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam as condições de suas identidades.

Nesse sentido, a produção do conhecimento está ligada com a manipulação, exploração, som, movimento, transformação, o tocar, o olhar e o narrar sobre aquilo que vem à face na interação da criança com o mundo ao seu redor. O currículo pode ser o campo do diálogo pedagógico entre o que se deve aprender e ensinar, sempre se considerando a socialização e a formação de pessoas tão diferentes.

2.4.1. Fundamentos do Currículo

Os fundamentos que orientam a nossa proposta pedagógica são pensados a partir das múltiplas referências que compõem a formação individual e as histórias de vida dos profissionais que integram a nossa creche. As escolhas metodológicas, didáticas e práticas educativas, sempre mesmo que sem nomeá-las, estão ligadas a uma ou mais linhas teóricas e filosóficas, as quais respaldam e contribuem na compreensão e na continuidade do percurso educativo. Nesse sentido, conforme Libâneo (1994, p. 222),

o planejamento curricular consta também de indagações constantes sobre o que ensinar. Isso requer uma reflexão sobre os conteúdos programáticos referentes à seleção, organização e apresentação. Isso significa que os elementos do planejamento escolar — objetivos, conteúdos, métodos — estão recheados de implicações sociais e têm um significado genuinamente político. Por essa razão, o planejamento é uma atividade de reflexão acerca das nossas opções e ações; se não pensarmos detidamente sobre o rumo que devemos dar ao nosso trabalho, ficamos entregues aos rumos estabelecidos pelos interesses dominantes na sociedade.

Com base nisso, a escola, ao elaborar um planejamento para o futuro, que ganhará sentido quando colocado em prática através da ludicidade, possibilitará às crianças a oportunidade da construção do conhecimento baseado no currículo que a nossa instituição entende como adequado ao nosso contexto coletivo. Na educação infantil, o brincar com brinquedos e materiais não estruturados desenvolve o lúdico e possibilita à criança inventar e criar, construindo suas narrativas e seus próprios

argumentos. Portanto, planejar um currículo a partir de interações e relações com práticas educativas pode ser o caminho para construirmos os campos de experiência.

Para isso, pode-se elencar como referência as experiências concretas da vida cotidiana, pois no dia a dia nada é comum, é onde residem situações importantes a serem consideradas e problematizadas para as crianças, as quais vão desde os cuidados físicos às interações com outros sujeitos e o funcionamento de cada cultura.

2.4.2. Princípios do Currículo

A Creche- Escola Maria Vitória Correia compreende a educação como uma construção coletiva permanente, baseada nos princípios de convivência, solidariedade, justiça, respeito e valorização da vida na diversidade. Nessa perspectiva, utiliza-se de uma metodologia cooperativa e participativa, que contribua na construção da autonomia moral e intelectual de todos os envolvidos no processo educativo.

Orientados pela BNCC (2018) e RCNEI (2010), o nosso currículo fundamenta-se nos princípios éticos, estéticos e políticos que constituem o processo educativo da Educação Infantil estão ligados às condições de cuidar e educar, à pluralidade de ideias, respeito às culturas, ao bem comum, autonomia, solidariedade, identidade, à cidadania, à criatividade e à liberdade de expressão nas manifestações artísticas e culturais. Assim, Veiga (1991, p. 82) aponta que:

a importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto.

Assim, pensamos, enquanto instituição de ensino da Educação Infantil, que as experiências vividas por cada criança podem fundamentar os processos de elaboração do nosso currículo, articulando propostas pedagógicas contextualizadas nas quais as crianças possam se expressar sobre o que acontece à sua volta e consigo mesma enquanto desenvolvem autonomia nas diversas vertentes.

Além do exposto acima, nosso currículo tem como princípio a inclusão dos conhecimentos relacionados aos aspectos locais do município de Anguera tais como: sua origem, história, resgate e valorização cultural; aspectos geográficos e naturais com o intuito de aproximar o ambiente educativo à vida em sociedade.

2.5. Concepção de Gestão Democrática

Na Creche-Escola Maria Vitória Correia a gestão é pautada numa concepção coletiva com a participação de todos os envolvidos no processo educacional das crianças. Assim sendo, vale ressaltar que a gestão da nossa escola segue uma linha de pensamento democrático, onde os seus participantes estão coletivamente organizados e comprometidos com a promoção de uma educação de qualidade para todos.

A gestão da Creche-Escola Maria Vitória Correia é desenvolvida pelo diretor e vice-diretor, com participação ativa da coordenação pedagógica respeitando as disposições legais. As decisões coletivas são tomadas e apresentadas em pequenos encontros com a equipe para que todos envolvidos sejam conscientizados de seus papéis e funções, prevalecendo o respeito mútuo.

Porém, algumas decisões ainda acabam sendo hierárquicas, pelo fato de ter um curto tempo para reunir toda equipe. Entendemos que quando as decisões são tomadas e organizadas de forma coletiva, temos a consolidação do Projeto Político Pedagógico, o qual é uma forma de intervenção da realidade a partir da avaliação da mesma, para assegurar a indissociabilidade da teoria/prática orientando assim a qualidade da ação pedagógica.

A gestão democrática realizada na instituição dá oportunidade a realização de um trabalho participativo oferecendo condições para a equipe realizar seu trabalho com autonomia e assim sentirem-se de fato como parte integrante do processo e responsáveis pelos resultados.

Conforme indicado por Carvalho (1979, p. 22), "...à medida que a consciência social se desenvolve, o dever vai sendo transformado em vontade coletiva", isto é, vai-se criando no interior da escola uma cultura própria orientada pela realização dos ideais da educação, que passam a fazer parte natural do modo de ser e de fazer da escola e, por isso mesmo, não precisa ser imposta de fora para dentro.

A creche conta com um Conselho Escolar, que se reúne a cada quatro meses ou quando se fizer necessário para tomada de decisões a respeito da creche. Formado pela representação de todos segmentos que compõem a comunidade

escolar como: pais/responsáveis, professores, funcionários, diretores, e membros da comunidade local.

O Caixa Escolar é uma Unidade Executora com personalidade jurídica sem fins lucrativos, onde possui regras próprias. O gestor é responsável por gerir os recursos junto aos membros do Conselho Fiscal e Deliberativo e toda comunidade escolar. Esse recurso financeiro faz parte do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, onde o objetivo é comprar/manter materiais necessários para um bom funcionamento da creche, visando melhorar a qualidade de ensino.

É importante citar que contamos com recursos da Secretaria Municipal de Educação e outros recursos que são arrecadados através de eventos como: rifas, balaio, bazar entre outros. Todo recurso arrecadado nesses eventos são destinados para organização de atividades programadas pela equipe para as crianças e família. Também temos padrinhos que são pessoas da comunidade que se propõem à colaborar seja com materiais (roupas, brinquedos, frutas, etc) para utilizar com as crianças como também ajuda na manutenção ou realização de projetos com a equipe.

2.6. Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

2.6.1. A pesquisa como Princípio Pedagógico

A pesquisa como princípio educativo compreende a investigação como prática de criação, de desejo de conhecer, realizar descoberta, através de uma prática intencional, ou seja, de despertar ou recuperar o poder de elucidação e transformação humana.

É importante que o ato de pesquisar esteja presente em toda a educação escolar, pois inspira a criança no sentido da curiosidade em direção ao mundo que a cerca, gerando possibilidades para que a criança possa ser protagonista na busca de informações e de saberes, que sejam do senso comum, escolares ou científicos.

Desse modo, acreditamos que a pesquisa e o ensino não podem se dar de forma separada, pois quem ensina necessita pesquisar e quem pesquisa sempre tem algo para ensinar. Com essa proposta reafirmamos a importância da figura do

professor pesquisador. Cabe ao educador orientar os educandos, ao passo em que também aprendem permanentemente, a expressar-se de maneira fundamentada.

O trabalho realizado pela Creche-Escola Maria Vitória Correia oportuniza através de projetos realizados como: Identidade, Pequenos e Saudáveis, Conhecer, Cantar e Encantar, entre outros de forma lúdica, criativa por meio de pesquisas realizadas tanto pelos docentes quanto pelos educandos em parceria com a família.

2.6.2. O Trabalho como Princípio Educativo

Pensar o trabalho como princípio educativo decorre pensar na sua importância para o desenvolvimento humano e reconhecer seu papel na educação, já que constitui-se como primeira mediação entre o homem, o material e o social. Diante disso, é importante que a prática educativa desde a educação infantil seja organizada com foco no desenvolvimento integral das crianças e dos bebês meio de formação humana conforme expresso no art. 29 da LDB:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

No entanto, para isso, é necessário que haja intencionalidades e objetivos claros por parte dos profissionais que atuam nesse segmento, visando formar e educar as crianças com vistas para o futuro empreendedor, transformadoras de suas realidades, enquanto seres históricos e de direitos.

Vale ressaltar, que é fundamental desde cedo realizar propostas na educação infantil que abordem as diversas profissões e suas contribuições na sociedade. Sendo assim, propor momentos de interações na creche-escola com as famílias para falarem sobre suas profissões, promover momentos de contato com a natureza para plantar uma horta, cuidar do jardim, cuidar de animais, proporcionando experiências em diversas brincadeiras de faz de conta como: fazer comidinha, brincar de médico, dentista, comerciante, professora dentre outras, contribuem para que o tema supracitado possa ser explorado de forma lúdica e prazerosa atribuindo sentido a vida das crianças.

2.6.3. O respeito à diversidade

Os primeiros anos de vida da criança na Educação Infantil acontecem na creche iniciando um dos períodos mais importantes da formação do caráter do ser humano. É nessa fase que ela recebe as primeiras referências que auxiliará na construção da sua personalidade, por isso deve ser orientada desde cedo.

Educar para a diversidade na educação infantil, e especificamente na creche é de suma importância não só para que desde cedo a criança aprenda a respeitar as outras pessoas, mas para que também possa ter referências e construir sua própria individualidade, já que geralmente esse é o primeiro espaço onde tem contato e convive com pessoas que não fazem parte da família, e deparam com todo tipo de diferença: de gênero, raça, valores, religião, expressão da sexualidade, ritmos de aprendizagem, configurações familiares, dentre outras.

No entanto, a diversidade representa muito mais que as múltiplas culturas, diferentes classes sociais e orientações sexuais, e deve ser priorizada no ambiente escolar, espaço de múltiplas aprendizagens, visando despertar mesmo em se tratando de crianças tão pequenas a consciência do respeito às diferenças, a partir de temas que interferem em nossa forma de viver em sociedade e que trabalhados de forma lúdica e contínua podem influenciar os pequenos e consequentemente chegar aos adultos.

Diante disso, a creche-escola Maria Vitória se propõe a apresentar temas e discutir conceitos positivos sobre as diferenças, a partir do desenvolvimento de propostas de atividades sequenciadas, projetos voltados para a identidade e a autonomia da criança, abrangendo os campos de experiências da BNCC, com ênfase no campo o eu, o outro e o nós, pois este está relacionado ao autoconhecimento e a construção de relações. É nessa fase que a criança aprende sobre respeito com vistas a diminuir possíveis manifestações discriminatórias futuras.

Trabalhar a diversidade na creche contribui para que tenhamos no futuro próximo, cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade, contribuindo para o diálogo e o respeito ao diferente. Fazer com que a criança entenda essa diversidade é fazê-la compreender que pertence a uma cultura.

Segundo Gadotti (1992, p. 21), “a escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”.

Diante do exposto, a equipe que trabalha na creche-escola Maria Vitória compreende que há uma diversidade de culturas na escola, e que, portanto, estas não são iguais. A escola tem o dever de pensar e promover a inclusão a partir da conscientização das crianças, professores, auxiliares, famílias e da comunidade eliminando todo tipo de discriminação e injustiça, valorizando e comprometendo-se com o ser humano em sua totalidade.

Nesse contexto, o projeto Político-Pedagógico da creche vem enfatizar, refletir e orientar a importância de um trabalho pautado no respeito a partir das interações e brincadeiras, eixos estruturantes da Educação Infantil, reconhecendo as leis que consideram a diversidade étnico-racial e garantindo a inclusão de crianças, independente das deficiências, comprometimento mental ou superdotação, acolhendo a todas sem exceção, não permitindo qualquer tipo de discriminação.

Sendo assim, faz-se necessário trabalhar projetos que valorizem a cultura e as experiências das crianças com propostas planejadas e selecionadas com contação de histórias, dramatizações, vídeos, músicas, dentre outras estratégias envolvendo as temáticas supracitadas na perspectiva do respeito à diversidade.

3. DIRETRIZES PARA PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.1. O Planejamento Pedagógico

Na Creche-Escola Maria Vitória esse acompanhamento acontece semanalmente em turno oposto, são discutidos além dos processos de planejamento, ações para um trabalho específico ao desenvolvimento do grupo. Momento também de expor a prática para troca de experiência. A equipe gestora também promove atendimento individual com cada professor, dessa forma avaliando a prática pedagógica, sanando dúvidas específicas do professor.

Dessa forma, sustenta a ideia de que um planejamento se torna verdadeiramente marcante no contexto escolar e criador de experiências

significativas para as crianças, à medida que o mesmo dá sentido ao fazer do educador e, de forma coletiva, ao projeto pedagógico que a creche almeja. Mas planeja-se o que e quais momentos do cotidiano na Educação Infantil? O planejamento abrange os diversos momentos do dia, considerando que todos são relevantes como contextos de experiências para a criança. Sendo assim, devem ser pensados com intencionalidade pedagógica clara.

É importante destacar que a coordenação pedagógica tem um papel importante no acompanhamento de experiências, como também nas discussões e reflexões sobre os registros das experiências. O papel da coordenação precisa ser de articulação coletiva e elaboração de estratégias abrangentes e integradoras de aprendizagem e desenvolvimento..

O planejamento também envolve a construção formal de materiais escritos. Normalmente, esses materiais incluem ideias de ações futuras, a descrição dos materiais, organização dos espaços, estratégias de condução, execução e interações com as crianças, os registros mais significativos após a realização das ações, a avaliação reflexiva do professor e a possibilidade de elencar novas propostas. Escrever sobre esses aspectos é algo fundamental, não no sentido burocrático ou mera prestação de contas, mas sobretudo, como uma forma de autorreflexão do educador e também como ferramenta para se discutir e refletir junto à equipe e a coordenação pedagógica.

3.2. A Avaliação para a Aprendizagem

Pensar a avaliação como elemento do processo de ensino e aprendizagem é condição básica para o professor acompanhar de fato, cada criança e o seu desenvolvimento. Assim, a Creche-Escola Maria Vitória Correia, reconhece que o processo avaliativo é fundamentado no fazer pedagógico.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Infantil (2013, p. 95), definem que a avaliação é um instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens da criança e sobre o seu contexto”. A avaliação, portanto, deve ser contínua, ter caráter qualitativo, ser instrumento de diagnóstico destinado à melhoria das relações com a criança e a aprendizagem.

A Creche-Escola Maria Vitória define a avaliação como uma prática democrática que valoriza as vivências e especificidades da criança. Nesse sentido, a avaliação realizada nessa instituição é contínua e processual, com o objetivo de potencializar os avanços e aprendizagens. Esta é realizada através de observação do desenvolvimento e das atividades, bem a participação da criança no individual e coletivo, utilizando dos seguintes instrumentos avaliativos:

- ✓ **Observação:** é preciso aprender a olhar e a escutar cuidadosamente as crianças; aprender a observar.
- ✓ **Entrevistas:** com os pais no início do ano letivo e durante o ano para sanar “problemas” que possam ocorrer.
- ✓ **Autoavaliação:** com intenção de propiciar a criança a observar suas ações, relatar e recontar suas experiências em diferentes linguagens e aprendizagens.
- ✓ **Atividade diagnóstica, evolução do desenho e escrita:** como sendo uma forma de entender o desenvolvimento da criança, visando seu crescimento como ser social.
- ✓ **Portfólio:** é uma estratégia de avaliação que promove a criatividade e a autorreflexão, os sucessos alcançados e o esforço realizado pelas crianças. É um instrumento que permite reunir todos os trabalhos das crianças individualmente durante o ano.
- ✓ **Relatórios:** São feitos a partir de registros diários e descrito de acordo com as observações das crianças sobre seus desenvolvimento e aprendizagem.

Evidenciamos ainda que o registro de frequência e a síntese descritiva das aprendizagens de cada criança são postadas conforme a Política de Registro da Secretaria Municipal de Educação.

3.3. Os Temas Integradores

3.3.1. Educação em Direitos Humanos

A escola deve reunir forças no sentido de sensibilizar toda a comunidade escolar, para poder se envolver na defesa desses direitos em suas perspectivas individuais, coletivas, econômicas, políticas e culturais, com vistas à construção de

uma sociedade mais justa, cujos princípios norteadores têm assento em valores humanos equânimes, igualitários, inclusivos e democráticos.

Pensando nessa perspectiva, o currículo Anguerense comunga do pressuposto que todos somos agentes transformadores na medida em que praticamos os direitos humanos. À vista disso, é imprescindível pensar em Educação para os Direitos Humanos, compreendendo o indivíduo como capaz de agir, de se comportar, de pensar e de se expressar com especificidades e particularidades diversas num mesmo espaço de ordem coletiva e complexa.

Arroyo (2014), afirma que as teorias pedagógicas se revitalizam sempre que se reencontra com os sujeitos da própria ação educativa. Quando está atenta aos processos de sua própria formação humana. Em consonância com o pensamento acima pontuamos a inserção do “**Projeto Direito na Escola**”, no qual vamos trabalhar fundamentados pelo ECA, evidenciando os pontos inerentes aos direitos e deveres dos pequenos com o intuito de educar, não apenas informar, mas, sobretudo formar mediante aos aspectos inerente à nossa constituição e repensar as concepções de uma sociedade balizada pela homogeneidade, classificatória e discriminatória.

3.3.2. Educação para a Diversidade

Atualmente, vivenciamos uma crescente onda de atitudes de preconceitos, rótulos e discriminação. De tal modo, concebemos que é de suma importância que os nossos pequenos, desde cedo, possam identificar discursos negativos e não reproduzi-los e até evitá-los conscientemente. Mediaremos assim, meios para que as crianças saibam lidar com a diferença, com a sensibilidade e o equilíbrio. Desse modo, é necessário que cada criança tenha familiaridade com a diversidade, ressaltamos que esta temática não deve ser tratada apenas em projetos com duração definida ou em datas comemorativas, como ainda é habitual em vários espaços educativos.

No contexto escolar, constituímos relações com as crianças cotidianamente, e a forma como se dá esse intercâmbio, as concepções que temos do "outro" provavelmente concorrerão no alinhavo de nossas ações pedagógicas. De modo

que, esquadriharemos: como têm sido vistos os/as alunos/as que fazem parte dos coletivos diversos no habitual escolar? Que perspectiva temos deles/as, a partir do currículo ofertado pela rede de ensino anguerense? Concordamos com Gomes (2007, p. 26), “será que ainda continuamos discursando sobre a diversidade, mas agindo, planejando, organizando o currículo como se os alunos fossem um bloco homogêneo e um corpo abstrato? Como se convivêssemos com um protótipo único de aluno?”

Com o intuito de explanar o tema de forma mais abrangente possível colocamos em prática o Projeto Identidade com a finalidade de promover o autoconhecimento e a valorização de si sem perder de vista o outro e todas as suas nuances, colocando em voga os conceitos que dizem respeito a diversidade e sobretudo o respeito.

3.3.3. Educação para o Trânsito

No mundo inteiro, busca-se um trânsito seguro com ações de engenharia, educação, policiamento e fiscalização. Todas as experiências em Educação para o Trânsito de crianças objetivam conscientizá-los para conviver no espaço viário e formar cidadãos que respeitem a legislação e não se envolvam em acidentes de trânsito. Não se pode tratar esse tema apenas como um caráter informativo. É necessário que ele faça parte da construção do conhecimento da criança.

O Art. 1º no § 1º da Lei nº 9.503/1997 descreve que: “Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”. De acordo com o Art. 74, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), a educação para o trânsito é direito de todos e constitui dever prioritário para os componentes do Sistema Nacional de Trânsito.

A realidade do trânsito nas cidades muda de acordo com a proporção do município. Em Anguera tem-se um trânsito pacífico tendo em vista o tamanho da cidade, a qual possui algumas faixas de pedestre, mas não sendo necessário o uso de semáforo, sendo o transporte na modalidade alternativa na locomoção para as

comunidade e linhas de ônibus nas viagens interurbanas. A sinalização da mesma atende ao que é prescrito pelas leis de trânsito no que diz respeito as vias urbanas.

Nas estradas que compõem as comunidades rurais do município, na sua grande maioria são de terra batida, no entanto, em boas condições de tráfego, exceto quando as chuvas se fazem constantes no município, que ocasionam buracos, porém, logo são reparadas no período de estiagem pela Secretaria de Obras do Município. A Educação para o Trânsito é um caminho seguro para a preservação da vida. O comprometimento e a conscientização com a segurança no trânsito promovem a convivência harmoniosa na divisão do espaço das vias terrestres públicas e privadas e evitam as transgressões infracionais às leis de trânsito.

Tendendo em vista as novas demandas, prescritas pela BNCC (2018), pelo DCRB (2020) e pelo DCRMA (2022), implementaremos o “Projeto Educação para o Trânsito” através de atividades lúdicas e práticas, envolvendo desde as questões inerentes a segurança física dos pedestres e condutores até as ações inerentes ao respeito dos direitos de determinados grupos resguardados por lei (idosos, grávidas, pessoas com necessidades especiais etc).

Pode-se dizer que o objetivo geral da Educação para o Trânsito é despertar uma nova consciência viária que priorize a prevenção de acidentes e a preservação da vida. Envolve, genericamente, três aspectos: conhecimento, prática e conscientização, sendo necessário que seja dirigida a todas as pessoas, principalmente às crianças e jovens.

3.3.4. Saúde na Escola

A saúde, assim como a educação são direitos fundamentais expressos na Constituição de 1988, como preconiza o art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Nesse intuito, o tema integrador Saúde na Escola, em consonância com a situação real do município de Anguera, logra importância no currículo das unidades

escolares anguerense, fazendo com que exista as possibilidades à implementação de estratégias e na proposição de soluções mais adequadas e mais efetivas para o enfrentamento dos problemas de saúde mapeados no município, levando em conta, o levantamento feito junto a Secretaria de Saúde do Município de Anguera.

As práticas pedagógicas desenvolvidas por nossos profissionais da educação estão alinhadas desde sempre com a promoção da saúde das nossas crianças. Atualmente trabalhamos com o **“Projeto Pequenos e saudáveis”** no qual apresentamos alimentos para as crianças com o intuito de fazê-las provar/experimentar os diversos tipos de frutas, legumes e verduras com o intuito de promover uma experiências alimentares mais saudáveis para que os pequenos cresçam gostando dos diversos tipos de alimentos.

Firmamos uma parceria com a Secretaria de Saúde com o intuito de promover a saúde e prevenção dos agravos envolvendo toda a comunidade escolar e principalmente, assegurando o lugar das crianças como protagonistas de forma a contribuir para a melhoria do rendimento, redução da evasão e abandono escolar.

3.3.5. Educação Ambiental

A Educação Ambiental (EA), um dos Temas Integradores sugerido pela BNCC, é definida pela Lei Estadual nº 12.056/2011, como o conjunto de processos permanentes e continuados de formação individual e coletiva para a sensibilização, reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, atitudes e hábitos, visando o desenvolvimento de uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra, principalmente, no que concerne à fauna, à flora e aos recursos hídricos.

Diante do atual cenário global, em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, dentre outros problemas relacionados ao tema, as questões ambientais vem ganhando espaço no rol de debates em busca do desenvolvimento de estratégias que visam reduzir os impactos negativos projetados no meio ambiente, além da relevância do desenvolvimento e adoção dos novos hábitos que visam contribuir na promoção da qualidade de vida socioambiental.

Desse modo, entende-se que as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social. Assim, a Creche-Escola busca incluir os princípios da Educação Ambiental de forma integrada aos objetos de conhecimentos obrigatórios, como forma de intervenção ampla e fundamentada para o exercício pleno da cidadania, conforme destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental, estabelecidas pela Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

É preservando a natureza que se pode conservar a sobrevivência dos seres vivos e a existência dos recursos naturais existentes no globo terrestre. Assim, cabe a todos os educadores ensinar e conscientizar as crianças, no sentido de conhecer os elementos que compõem o ambiente como uma extensão, inicialmente, da casa onde vivem e, posteriormente, como uma extensão de si mesmo, pois ao preservar a natureza, estamos preservando nossa própria existência.

Nesse sentido, a creche desenvolve o “**Projeto Meio Ambiente**”, explorando objetos da natureza (manejo com a terra, contatos com animais, área verde, área externa). Entre algumas atividades podemos destacar pinturas, colagens e misturas de elementos da natureza colhidos pelas próprias crianças.

A Creche-Escola Maria Vitória procura manter a área verde com flores, horta e árvores incentivando a criança a observar e respeitar a natureza, suas formas, cores, cheiros e sabores. Constitui-se ainda, como uma boa ferramenta para “despertar” o interesse das crianças para as questões socioambientais, uma vez que requer dos profissionais da educação uma nova forma de trabalhar de maneira interdisciplinar e contextualizada, evidenciando que os saberes advêm da história produzida pela humanidade e das diversas estruturas nas relações naturais e sociais.

3.3.6. Educação Financeira e para o Consumo

Em tempos atuais informações dão conta de crise econômica, falta de emprego e renda, dificuldades para a sobrevivência, além disso há as propagandas que influenciam o consumismo, etc. Faz-se necessário repensar os padrões de

consumo impostos pela sociedade, em função do padrão economicamente prevalecente.

Na sociedade atual percebemos que o TER prevalece sobre o SER, abrindo-se portas para a discussão sobre o consumo consciente e sobre o quê, como e por que consumimos. A construção e o desenvolvimento de comportamentos financeiros consistentes, autônomos e saudáveis, desde a Educação Infantil.

“Projeto Educação Financeira e para o Consumo” desenvolvemos atividades práticas e reflexivas acerca da compra e venda ressaltando os aspectos que dizem respeito à necessidade das coisas consumidas bem como os impactos do nosso consumo, atrelando o tema de forma interdisciplinar ao tema acima enfocando a relação entre o consumo e o Meio Ambiente, ressaltando a importância do descarte consciente dos insumos consumidos.

Assim, concebemos a Educação Financeira e para o Consumo é elemento-chave na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social na busca da qualidade de vida das pessoas e do planeta.

3.3.7. Cultura Digital

A Cultura Digital está relacionada às transformações sociais decorrentes da inserção do advento tecnológico em meio aos novos hábitos de vida da sociedade, na qual a instituição escolar possui grande influência no papel de consolidação do sujeito enquanto agente individual e coletivo. A transformação da materialidade dos bens culturais analógicos em dados codificados digitais representa uma alteração significativa nos processos de produção, reprodução, distribuição e armazenamento dos conteúdos simbólicos – a cultura digital expressa a mudança de uma era, exigindo do contexto escolar ações integradoras de cunho digital como preconiza a BNCC.

Justamente pela ubiquidade crescente das tecnologias digitais, o DCRM de Anguera instiga as instituições educacionais e espaços formativos a conceber novos jeitos de aprender. Esses novos jeitos de aprender, nos dias de hoje, escapam ao modelo hierárquico, sequencial, linear e fechado em apenas um turno escolar. Compreendem a ideia de rede no ato de conhecer, alterando formas e jeitos de

aprendizagem e interpelando-nos a pensar novas maneiras de escolarização e de fazer cultura, desde a adoção das vídeoaulas até o processo de produção das próprias crianças.

Pereira (2017, p. 72), afirma que “O letramento digital trata-se, pois, não apenas de um aprendizado da ordem do manejo de aparelhos eletrônicos, mas também de seu emprego na vida social e seus atravessamentos de linguagem”. Assim, evidencia-se a necessidade de inserir nas escolas um ensino das TDICs voltado para o campo da vida em sociedade, buscando formar sujeitos aptos a utilizar os recursos tecnológicos em favor da promoção da aprendizagem, associando-a ainda como suporte de aprendizagem para as demais disciplinas, além das possibilidades de produção de conteúdos e a socialização dos mesmos como mecanismos de apoio socioeducativo.

Além disso, a BNCC (2018, p. 69) sugere a inserção dos conteúdos ditos digitais nas áreas de linguagem como uma ferramenta de identificação das práticas sociais controversas:

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.

Nesse sentido, a inserção do conteúdo, Cultura Digital, na grade curricular das escolas perpassa os campos meramente disciplinares, adentrando de forma ampla e prática na vida social, histórica, cultural, política e econômica dos sujeitos, deixando evidente a importância de se pensar o ensino digital de maneira articulada com as ações e representações sociais a nossa volta.

Assim, vamos implementar o “**Projeto Cultura Digital**” no qual faremos uma formação, no sentido de instruir não só as crianças, mais principalmente os pais/responsáveis quanto aos riscos do uso excessivo das telas para as crianças, apontando os caminhos que levam ao uso consciente e positivo dos recursos digitais.

desse modo, indicaremos sites educativos, como a Biblioteca Digital do Itaú Social, indicaremos o trabalho com jogos educativos que visem o desenvolvimento motor e cognitivo das nossas crianças, além de vídeos educativos que visem a interdisciplinaridade dos nossos projetos, assim faremos uma seleção de vídeos que falem sobre a Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Direito das crianças etc., com o intuito de promover o desenvolvimento do ensino e as experiências de vida de forma positiva, objetivando ainda promover a interação entre a criança e a família.

3.4. Perfis Esperados do Professor e do Aluno

3.4.1. Perfil da Docência

O professor tem papel fundamental na Educação infantil, fase em que se inicia a aprendizagem e a formação da criança. É um período em que a criança reflete nas ações do professor, idealizando-o muitas vezes como um espelho, um exemplo a ser seguido, sendo ele, o primeiro elo da criança com o ambiente escolar.

O Documento Curricular Municipal (2022, p. 70) enfatiza:

[...] que a figura do professor-mediador é fundamental para a formação da criança, principalmente na primeira infância, assegurando que ela receba estímulos constantes através de práticas estruturadas que possibilitem seu crescimento na totalidade, que proporcionem situações desafiadoras e construtivas, a partir das interações e as brincadeiras.

Na Creche-Maria Vitória Correia o professor é o responsável pela ação pedagógica organizada no educar e cuidar e ocupa-se inteiramente da criança, de modo a assegurar que os bebês e as crianças bem pequenas sejam atendidos em suas necessidades e aprendam a viver coletivamente, isso porque não se separa cuidado e educação.

No entanto, torna-se indispensável que este profissional compreenda a concepção de criança e infância, tenha domínio dos conhecimentos científicos básicos necessários para se trabalhar com crianças nessa faixa etária, seja pesquisador e desenvolva a capacidade de observação e reflexão sobre a prática buscando coerência entre o fazer pedagógico e as concepções teóricas. Arce e Jacomeli (2012, p. 37) ressaltam que:

O perfil almejado para o professor neste espaço que tem sido chamado de “terceiro educador” ou “espaço de convivência” para apropriação da cultura infantil é o daquele que planeja a atividade pedagógica da seguinte forma: organizando tal espaço; mediando a aprendizagem social; sendo reflexivo.

A creche Maria Vitória defende um trabalho pautado na teoria sociointeracionista que se constitui em um modelo pedagógico desenvolvido pelo psicólogo Lev Semyonovich Vygotsky, ressaltando a importância da interação do sujeito com o seu meio social, mostrando também que é papel do professor promover o avanço das crianças nas suas aprendizagens.

Portanto, para atuar como professor na educação infantil, mais especificamente na creche é necessário ter competência e habilidade ao planejar as propostas, organizar os espaços e os tempos de intensas aprendizagens, ser ético, gostar e ter prazer em estar com as crianças, ser atento e paciente, criar laços de afeto, apoiá-las em suas conquistas, ser criativo e dinâmico para desenvolver a capacidade de produzir e motivar suas descobertas, reconhecendo que elas são o foco de todo o trabalho desenvolvido na instituição incentivando sua manifestação e participação ativa no meio em que vive. Para Vigotsky (2003, p. 30):

[...] se um professor desejar ser um pedagogo cientificamente formado, vai ter de aprender muito. Antes se desejava apenas que conhecesse sua matéria e o programa e que soubesse dar alguns gritos em sala de aula ante um caso difícil. Hoje a pedagogia se transformou em uma arte verdadeira e complexa, com uma base científica. Portanto, exige-se do professor um elevado conhecimento da matéria e da técnica de seu trabalho.

Diante disso, é imprescindível que o professor seja um profissional disposto e disponível para aprender, participar de formações continuadas que auxiliarão no desenvolvimento de metodologias e estratégias de intervenções pedagógicas em consonância com a concepção da creche Maria Vitória, as quais dialogam com documentos oficiais que regem a Educação Infantil do município.

3.4.2. Perfil do Estudante

As crianças que ingressam na Creche-escola Maria Vitória são de famílias que residem na sede do município. Em sua composição familiar percebe-se que na sua maioria, além dos pais, uma grande parte das mães trabalha para melhorar o orçamento. Observa-se também um número significativo em que as mães solteiras

são as responsáveis pelas crianças e, em alguns casos e por vários motivos, essas responsabilidades da criação recaem sobre os avós.

Geralmente, os empregos dessas famílias são informais, profissões como comerciante, pedreiro, pescador, diarista e feirante são as mais comuns. Algumas famílias participam do programa de governo Auxílio Brasil (Bolsa Família). Há também uma pequena parte das famílias que possuem vínculo de contrato na prefeitura ou são assalariadas na fábrica.

Para se deslocarem com as crianças de suas casas até a creche, a maioria das famílias que mora mais distante utiliza o ônibus como meio de transporte, porém uma pequena parte utiliza meios próprios como carro e moto. Durante o questionário realizado no início do ano letivo com as famílias, observou-se que a maioria das crianças não tem acesso a livros em suas casas, ficando restrito esse incentivo a leitura apenas a creche-escola.

Nascimento e Barbosa (2006, p. 1) apontam que:

O gosto pela leitura está diretamente associado aos estímulos que são proporcionados à criança desde muito cedo. O contexto familiar é de grande importância. Quando a criança cresce no meio de livros e vê, à sua volta, adultos lendo é despertado nela o hábito de ler, considerando que a formação de um leitor não se dá através de produtos, e sim, de estímulos.

Vale ressaltar que a comunidade da creche-escola é em sua maioria de baixa renda familiar. No que se refere ao uso da internet constata-se que todas as famílias têm acesso a internet. O desenvolvimento e a aprendizagem das crianças são considerados bons, podendo-se constatar que boa parte tem atingido os objetivos propostos pela creche.

4. ETAPA DE ENSINO

4.1. Creche

Segundo o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil: “Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Cada criança tem sua individualidade, seu jeito de ser, são curiosas, atentas, espertas, espontâneas, sinceras, sensíveis, aprendem sobre o mundo fazendo perguntas e procurando respostas. No processo de construção de conhecimentos, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem as capacidades que possuem de ter ideias sobre aquilo que buscam aprender.

Quando a criança está em constante aprendizagem, se desenvolvem através das interações, relações e práticas cotidianas que vivencia; é um sujeito social e histórico, fazendo parte de uma organização familiar, com uma determinada cultura e crenças, trazendo consigo suas particularidades.

Nossa instituição corrobora com os documentos oficiais que asseguram que a criança é sujeito que capaz de fazer, capaz de brincar, de aprender e ensinar, não um objeto. A BNCC da Educação Infantil compreende a criança como centro, protagonista de todo o processo. Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas vivenciadas, vai construindo sua identidade pessoal e coletiva, brincando, imaginando, fantasiando, desejando, aprendendo, observando, experimentando, narrando, questionando e construindo sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Nesta etapa da Educação Básica, a aprendizagem e o desenvolvimento se dão por meio das interações e das brincadeiras. Em outras palavras, os bebês, as crianças pequenas e bem pequenas aprendem no contato entre si, com os adultos que as cercam, em diferentes lugares, manuseando objetos variados e, principalmente brincando.

As creches e pré-escolas são espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade, trazendo para a criança o acolhimento pelo prazer de estar na escola, sentindo que tudo é realizado para o bem estar de todas as crianças com muito amor. Também, deve ser um local onde seja possível o crescimento mútuo do professor e dos alunos, em um processo de conscientização com seu currículo e prioridades, não esquecendo que vivemos em comunidade e precisamos nos relacionar para crescer.

É desse universo de relações corporais, culturais e lúdicas que surge o nome: Vivências na Creche. Os pequenos são curiosos, questionadores, criativos

aprendem de tudo um pouco ao tocar, cheirar, brincar com a infinidade de materiais que estiverem ao seu alcance. Quando as crianças despertam a curiosidade de descobrir e aprender coisas novas elas começam a questionar sobre o motivo de tudo que acontece ao seu redor. Elas também começam a querer fazer coisas diferentes e viver aventuras mais emocionantes.

Para estimular o aprendizado das crianças, além dos estímulos que encontram em casa, é importante contar com uma escola que ajude a desenvolver suas habilidades. Também expressam suas emoções de diversas maneiras: balbuciando, gritando, chorando, rindo, fazendo birras. É o momento de conhecer o mundo pelo tato, pelo olfato, pela audição, pelo movimento e, claro, testando os próprios limites. A aprendizagem começa no início da vida, muito antes de a criança entrar para a escola. Na primeira infância, seu desenvolvimento integral se dá pela forma como se relaciona com o mundo e com as pessoas ao seu redor.

A organização do tempo é importante para o desenvolvimento integral da criança e é pensando nisso que a Creche-Escola Maria Vitória possui uma rotina escolar organizada de acordo a idade, para que possamos transmitir comodidade, como também os espaços são pensados para favorecer o crescimento, a identidade e a autonomia das nossas crianças. A equipe busca manter um ambiente acolhedor e prazeroso, ou seja, um lugar onde as crianças possam criar suas brincadeiras sentindo-se estimuladas e autônomas.

O brincar é o principal modo de expressão da infância e uma das atitudes mais importantes para que a criança se constitua como sujeito da cultura. Quando brinca, a criança usa seus recursos para explorar o mundo, amplia sua percepção sobre o ambiente e sobre si, organiza o pensamento, além de trabalhar seus afetos e sensibilidades.

Entre 0 e 2 anos, os bebês praticam os chamados jogos de exercício as brincadeiras sensório-motoras designadas por (Piaget), como quando os pequenos descobrem novos objetos ou imitam os gestos corporais e vocais de seus parceiros mais experientes, colocando em ação um conjunto de condutas que os ajudam a desenvolver suas potencialidades.

Por isso, desde o berçário, o professor é orientado a observar e registrar as ações das crianças ao longo das propostas ofertadas com objetivos diferenciados, de acordo com a idade e a situação. O controle do corpo, os movimentos, as expressões e a exploração dos recursos variados dos espaços da creche são intencionalmente organizados para propor desafios que motivem os pequenos.

A partir dos 2 anos, as brincadeiras tradicionais, como as cirandas, são facilmente aprendidas e o faz de conta propicia a criação por meio de uma negociação de significados e regras compartilhadas. Quando brincam de faz de conta, as crianças analisam aspectos da vida cotidiana e conquistam espaços de poder que as auxiliam a confrontar o mundo e os adultos. É o faz de conta uma das principais marcas da entrada da criança no jogo simbólico, no universo da cultura e da sociabilidade.

4.2. Educação Integral

A educação básica em jornada de tempo integral é uma política educacional que ocorre, principalmente, nas instituições de educação infantil; ou seja, os espaços escolares destinados aos cuidados e educação de crianças de 0 a 6 anos de idade, o que se configura como uma alternativa da família e também como um direito da criança, assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Tendo em vista que o principal objetivo da creche é o desenvolvimento sócio-cognitivo das crianças por meio de atividades e trocas afetivas, é necessário, então, um trabalho bem organizado e planejado. É partindo dessa premissa que a Creche-Escola Maria Vitória assume o papel educativo e consciente de que as crianças pequenas precisam de cuidados especiais. Portanto, a educação integral constitui-se como uma proposta de educação mais completa, pois pretende proporcionar ao indivíduo uma maior diversidade de experiências de aprendizagens.

Entendemos que a importância da educação em tempo integral se dá pela já mencionada necessidade especial que as crianças pequenas têm em relação a um ensino mais completo e que contemple suas necessidades de desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras. Nesse sentido, o ensino em dois turnos possui uma carga horária suficiente para tornar viáveis a construção de uma rotina no dia a dia das crianças — o que é muito importante para adaptá-las aos poucos às

demandas e aos códigos sociais —, bem como desenvolver propostas pedagógicas que possibilite a exploração dos múltiplos espaços e situações visando o aprendizado.

Na Creche-Escola Maria Vitória, temos a oferta do atendimento em tempo integral para a turma do Berçário. Como a escola influi no mundo externo e é também influenciada por ele, a garantia do direito ao acesso à creche permite que famílias, principalmente as mães, possam trabalhar durante o período em que seus filhos estão sob os cuidados da nossa instituição de ensino. Tem-se, aqui, um mecanismo que assegura a manutenção da vida da comunidade na qual a escola está inserida. Sobre isso, a Constituição de 1988 assegura:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XXV - assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas. Art. 208 O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

A educação em tempo integral, portanto, tem o tempo como um elemento positivo, uma vez que pode propiciar para as crianças uma variedade de experiências que serão reforçadas pelas relações de afetividades e na hora do cuidado. Por conseguinte, temos a consciência de que o aumento de tempo por si só não basta, por isso pensamos esse tempo de forma planejada e organizada, para que as crianças possam aproveitar e aprender ao máximo.

4.3. Transição da Creche para a Pré-Escola

A transição pedagógica da creche para a pré-escola é um processo de mudança e adaptação e deve ser pensada e planejada cuidadosamente, pois envolve as crianças, as professoras e as famílias. É fundamental que os saberes das crianças da creche sejam compartilhados com a equipe da pré-escola através de documentações que evidenciem o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.

Este momento de transição deve garantir a continuidade dos saberes e conhecimentos prévios trazidos pela criança, respeitando dessa forma, as experiências, os aprendizados e todo o seu percurso no processo educativo. Para isso, faz-se necessário que aconteçam momentos de partilha e trocas de

experiências entre os profissionais da creche e da pré-escola, pensando na continuidade, equilíbrio e acolhimento.

Vale ressaltar a importância da participação das crianças em eventos de adaptação, como por exemplo: levá-las para conhecer os espaços e as/os professoras da pré-escola, tornando este momento seguro e agradável.

5.1. A Política da Educação Inclusiva

5.1.1. Concepção da Escola Inclusiva

Uma escola inclusiva tem como premissa integrar os alunos com necessidades especiais de todos os tipos em escolas regulares, por meio de um enfoque o mais humanístico possível. Tal visão compreende que cada aluno tem suas peculiaridades e que as mesmas devem ser tratadas como diversidade e não como um problema.

Para a criação de uma Escola Inclusiva, a primeira barreira a ser vencida é a discriminação. A sociedade aparenta sensibilizar-se com o discurso da inclusão, mas na prática a realidade é bem contraditória ao discurso pregado, desde a acessibilidade nos locais físicos até a preparação da escola para receber esses sujeitos. Sujeitos esses que estão assistidos pela Constituição Federal (1988) e muitos outros documentos que asseguram a sua permanência no sistema de ensino.

A Rede Municipal Anguerense compreende a escola como um espaço onde todos devem aprender e atingir os objetivos das aprendizagens, levando em conta as especificidades de cada aluno, isso implica em um aprimoramento dos conhecimentos de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, participando ativamente desse processo de construção.

Nesse mesmo propósito, temos como proposta incentivar as práticas pedagógicas, a formação continuada dos profissionais do atendimento especializado e da escola regular, a transmissão da cultura minoritária e das diversificações, a estimulação a construção de projeto de educação inclusiva em rede, fortalecendo cada vez mais o vínculo da escola e a família. O papel da família é importantíssimo nesse processo, pois os mesmos são fio condutor para que esses alunos tenham êxito nas suas jornadas de vida.

Precisamos nos adaptar a esse sujeito para recebê-lo, ou seja, a escola regular necessita entrar nos moldes da lei e do bom senso, dessa forma, estaremos voltados para uma escola verdadeiramente inclusiva, desde ao espaço físico quebrando as barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas, e atitudinais.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - PCD (2006), publicada pela ONU e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949/2009, determina no art. 24, que os Estados reconhecem os direitos das pessoas com deficiência à educação; e para efetivar esse direito sem discriminação, com base na igualdade de oportunidades, assegurarão um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desse modo, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação, para o combate ao preconceito e a descaracterização das capacidades e habilidades discentes, que coloca as limitações à frente da compreensão de ser humano, de direito, de igualdade, é que a escola deve assumir a postura inclusiva e não apenas integradora. As propostas inclusivas devem ter na essência de suas intenções, no Projeto Político Pedagógico, no planejamento didático e no próprio projeto de cidadania a que se pretende formar, pensar as mudanças transformadoras e dar novos rumos aos projetos de vida desses discentes.

5.1.2. Princípios Orientadores da Educação Inclusiva

A Educação Especial começa a sua fundamentação em princípios norteadores, de acordo com BRASIL/SEESP-MEC (1994), além de seguir os princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade, a educação especial é regida por princípios norteadores, dentre eles os mais citados são: princípios da normalização, integração e individualização.

Princípio da normalização consiste em proporcionar às pessoas com necessidades especiais, as mesmas condições e oportunidades sociais, educacionais e profissionais, assim como para qualquer outra pessoa, bem como o respeito que deve existir para com as diferenças de qualquer pessoa, respeitando-se a individualidade de cada um (AGUIAR, 2001). A ideia de normalização traz em seu

bojo dupla mensagem: “[...] uma referente às condições de vida (meios) e outra à forma de viver (resultados)” (BRASIL - SEESP/MEC , 1994 p.13).

O princípio da integração visa o estabelecimento de condições que facilitem a participação da pessoa PNEE na sociedade, obedecendo aos valores democráticos de igualdade, participação ativa e respeito a direitos e deveres socialmente estabelecidos. O princípio da integração, muito estudado por três décadas (1960 até 1990) abrange todo o processo educativo. Integrar não é apenas colocar a pessoa com necessidades educacionais especiais em qualquer grupo, consiste na aceitação naquele que se insere. O ideal de integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, funcional e social até a institucional.

As diferenças individuais são valorizadas e respeitadas no princípio da individualização. Individualizar o ensino significa atender às necessidades de cada um, dar o que cada um precisa para seu desenvolvimento pleno. A individualização pressupõe, portanto, a adequação do atendimento educacional a cada um, respeitando seu ritmo e características pessoais.

A inclusão determina que todos os alunos façam parte do mesmo contexto escolar, participando das mesmas atividades comuns, embora adaptadas para atender às diferenças individuais, seja nos centros de recursos como na escola regular. Nesse sentido, Maturana e Varela 1995, p. 34) afirmam que:

[...] refletir na condição humana como uma natureza cuja evolução e realização está no encontro do ser individual com sua natureza última, que é o ser social. Portanto, se o desenvolvimento individual depende da interação social, a própria formação, o próprio mundo de significados em que se existe é um função do viver com os outros. A aceitação do outro é então o fundamento para que o ser observador ou autoconsciente possa se aceitar plenamente a si mesmo.

A Sociedade é fruto da coexistência da multiplicidade dessas singularidades, e para que os indivíduos possam ser respeitados, é preciso que sua identidade seja garantida e valorizada tanto nos aspectos estritamente particular, quanto no aspecto público, ou seja, na sua pluralidade como cidadão. Assim, é fundamental que essa superação se dê, também, a partir de práticas públicas, que abracem esses princípios como habituais e rotineiros.

5.1.3. Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

A Nova Política de Educação Especial (PNEE) 2020 foi lançada em setembro de 2020 por meio do Decreto 10.502. Entretanto, tal política já existe há muito tempo, e originária de vários outros documentos e legislações que visam a educação inclusiva como prioridade. A própria educação já passou por vários processos no mundo e no Brasil, começando pelo processo de exclusão, onde a escola era somente para os meninos e famílias abastadas. Depois, ela passa por uma democratização, onde a escola passa a ser para “todos”, mas ainda sim excluía as pessoas com deficiência, pois eram consideradas impróprias para aquele ambiente escolar.

Posteriormente, inicia-se a segregação, que são as instituições para pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, não permitindo a estas o direito à educação como todas as demais pessoas. E então a escola passa pelo processo de integração, que ainda existe no Brasil, marcada principalmente pelas classes especiais, que estavam prestes a serem extintas, uma vez que elas ainda são excludentes, pois as crianças com deficiência estão dentro de uma escola regular, mas colocadas em uma classe distinta, independente de faixa etária.

E por fim, inicia-se o processo de inclusão, que de fato é a escola para todos sem distinção de classe, gênero, características pessoais, físicas, intelectuais, entre outras, sendo ideal para nossa educação e sociedade. No Brasil, já temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em que seu documento define a Educação Especial como: “uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas, e modalidades, e realiza atendimento educacional especializado, disponibiliza recursos e serviços e orienta quanto à utilização deles no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”. E ainda descreve a função do Atendimento Educacional Especializado como: “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas”.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido deve ter como diretrizes metodológicas:

- ✓ A oportunização do reconhecimento da capacidade de cada indivíduo, e, incentivar a autonomia pela independência;
- ✓ Estimulação das funções cognitivas integradas às executivas na busca pela superação das limitações intelectuais;
- ✓ O incentivo a construção do projeto de vida e a realização pessoal de cada sujeito.

No que tange o atendimento especializado, a proposta das diretrizes operacionais resguardam a importância do atendimento educacional especializado que se dá de forma individualizada, garantimos o tempo mínimo de 01 (uma) hora de atendimento ou, em pequenos grupos quando possível e em especial em momentos de promoção da interação/socialização.

O atendimento é feito no turno oposto ao do ensino regular, a Secretaria de Educação disponibiliza o transporte de apoio para alunos oriundos de comunidades do campo, ou seja, tenta-se atingir a todos que necessitam desse atendimento, por meio das políticas públicas vigentes. O diálogo permanente entre os profissionais do ensino regular e do Centro de Recursos é de primordial importância.

O Projeto Político Pedagógico vêm a ser uma ferramenta de valor imensurável, pois aqui descrevemos não só o que já temos como aquilo que intentamos, como principal diretriz do mesmo, se faz necessário uma revitalização urgente da Educação Inclusiva, onde possamos apreciar dentro do Centro de Recursos Multifuncionais e até mesmo dentro das escolas regulares, equipes multidisciplinares como: Psicólogos, Psicopedagogos, Fonoaudiólogos, Terapeuta Ocupacional, Neuropediatra, Neuropsicólogo, Neuropsicopedagogo e Fisioterapeutas.

Precisamos olhar para um futuro viabilizador, com a esperança de ter um espaço adequado para os atendimentos, formações e encontros com a finalidade de integração e participação da comunidade como um todo. Somos responsáveis por criar um espaço socializador e acolhedor, por isso a conversa entre as escolas regulares de ensino e o Centro de Recursos Multifuncionais deve ser uma constante, pois as informações que são trocadas passam a ser enriquecedoras para o

crescimento tanto dos profissionais envolvidos nesse processo, quanto dos educandos com algum tipo de deficiência.

5.1.4. Diretrizes e Indicadores da Avaliação

Segundo o DCRB (2020) para uma efetiva aprendizagem e sucesso das práticas pedagógicas em uma escola que se orienta pela marca da inclusão, o currículo deve ser apoiado por componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado tais como:

- ✓ Ensino do Sistema Braille
- ✓ Técnicas de Soboran
- ✓ Orientação e Mobilidade
- ✓ Educação Física Adaptada
- ✓ Aulas de Atividade da Vida Autônoma
- ✓ Ensino do Uso de Recursos de Tecnologia Assistiva
- ✓ Ensino da Língua Brasileira de Sinais
- ✓ Intérprete de Libras/Língua Portuguesa
- ✓ Guia Intérprete para Surdo-cegos
- ✓ Estratégias para o desenvolvimento dos processos mentais
- ✓ Ensino do uso de recursos ópticos/não ópticos

As atividades desenvolvidas pelos estudantes com algum tipo de deficiência em sala de aula podem ser adaptadas, desde que o currículo tenha sido adequado, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que conhecer suas competências, é necessário que o professor saiba como ele deve avaliar esse aluno em todas as áreas, assim como acontece com as outras crianças.

Sendo assim, é possível descobrir quais são suas habilidades e dificuldades e definir se os instrumentos que estão sendo usados estão de acordo com as respostas que o aluno pode dar mediante as suas especificidades. Não podemos deixar de lembrar de considerar as aquisições do aluno e o quanto ele conseguiu avançar nas disciplinas para que uma avaliação justa seja feita para além da

deficiência que o mesmo é portador. Tudo isso pode parecer utópico, porém a educação é feita dessa forma, primeiro idealizamos, para podermos concretizar.

5.5. A Política de Assistência Estudantil

5.5.1 Concepção de Assistência Estudantil

A Política de Assistência Estudantil constitui-se de um conjunto de princípios norteadores para o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo ensino aprendizagem. A Creche-Escola Maria Vitória Correia através da Secretaria de Educação oferece transporte escolar para a família se deslocar do local que reside e levar a criança à creche, uma ação que visa assegurar a frequência das crianças que residem em ruas mais afastadas da creche.

Permanência:

A frequência é monitorada diariamente pelas educadoras através do diário de classe, documento que registra a presença das crianças que estão na instituição. Sentindo a ausência da criança em dois dias consecutivos, é informado para a equipe gestora que entra contato por telefone com a família. Caso a criança não retorne e a família não justifique enviamos para o Busca Ativa realizar uma visita a residência.

A Creche é acompanhada pelo Projeto Eu Amo Minha Escola, que foi implementado na Rede Municipal de Ensino de Anguera em 2021, tendo o objetivo de tornar a verificação da frequência diária do aluno um ato de inclusão, incentivando assim sua assiduidade, para tal com envolvimento da Família. As educadoras e a equipe gestora desenvolvem o diálogo com os pais através de reuniões particulares ou coletivas para mostrar o benefício da rotina e da presença no processo de adaptação para a criança, período em que geralmente acontece desistência das crianças menores de 02 anos.

A equipe gestora possui um cadastro atualizado (agenda da turma) com contatos de familiares e até vizinhos próximos para as possíveis necessidades ou urgências. Também contamos com o grupo de whatsapp de cada turma para informações, convites e também compartilhar atividades realizadas na sala de aula.

5.7. A Política de Comunicação Escola/Família e Escola Comunidade

5.7.1. Concepção da comunicação/família/comunidade

A comunicação está presente na vida do ser humano desde os tempos mais remotos, sendo de extrema importância, pois o homem é um ser social. A sociedade evoluiu através da interação e na educação acontece da mesma forma, pois caracteriza-se também como um processo social.

Diante disso, a Creche Maria Vitória entende que Família e Escola são duas instituições de extrema relevância para o desenvolvimento humano, especialmente da criança, pois as relações e ações podem refletir diretamente no seu desenvolvimento integral. Para Paulo Freire (1973, Apud Lima, 1981, p. 59):

Comunicação (é) a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar [...] implica numa reciprocidade que não pode ser rompida. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. A educação é comunicação, e diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.

Nessa perspectiva, a creche busca estabelecer um canal de comunicação escola/família/comunidade com objetivos claros de interação para troca de informações significativas, expressar ideias, utilizando flips, mensagens, murais, agenda da turma, avisos no transporte escolar, além dos registros das atividades significativas através das redes sociais, grupos de whatsapp, são essenciais para uma boa comunicação, pois facilita o trabalho de toda equipe favorecendo dessa forma o engajamento com as famílias e assim firmando uma parceria de sucesso que se estende também para a comunidade.

Sendo assim, nossa equipe expressa neste PPP a importância dessa comunicação para a organização e o bom andamento do trabalho educacional ao aproximar família e comunidade da escola, pois entende que a construção do conhecimento ocorre através da interação entre o sujeito e o meio sociocultural em que está inserido.

5.7.2. Princípios da comunicação escola/família/comunidade

Os princípios que norteiam a comunicação escola/família/comunidade na Creche Maria Vitória visam reger toda comunidade escolar, objetivando formar

valores que sejam comuns a todos os envolvidos, orientando-os nas relações e tomadas de decisão, e sempre que surgir um conflito, dúvida ou desconforto possam retomar através deles as necessidades que precisam ser atendidas realmente.

Nessa perspectiva, entendemos a comunicação entre a escola/famílias/comunidade como um potente instrumento de interação, integração e de troca para o envolvimento da família na creche. Salientamos que quando esta comunicação parte dos princípios da objetividade e da clareza, se tornando eficaz, os pais tendem a confiar e a cooperar com a instituição, a perceber a creche e os professores de modo mais positivo, a compreender melhor as políticas da creche e as ações dos professores e a acompanhar melhor os progressos da criança.

Nossa instituição busca promover a comunicação com as famílias, disponibilizando canais de comunicação diversos, de modo a alcançar todas as famílias (ex: reuniões, avisos impressos, telefonemas, grupo de WhatsApp, agendamentos individuais) e garantir tempo de interação entre os pais e os profissionais da creche. Um dos nossos principais objetivos é proporcionar uma comunicação aberta com as famílias, levando em conta as necessidades particulares das crianças e das suas famílias e a realidade sociocultural em que estão inseridas, respeitando seus anseios e sugestões.

Ressaltamos ainda que esta comunicação da creche com a família não deve ser exclusivamente centrada nas dificuldades da criança na escola, em nível de comportamento e aprendizagem, mas deve também constituir um momento de partilha dos projetos educativos. As reuniões individuais podem fornecer elementos acerca dos progressos e dificuldades da criança, mas também do potencial das famílias e de como estas podem apoiar os filhos na resposta às suas necessidades ou a ultrapassar dificuldades mais específicas, pois o sucesso no processo de desenvolvimento e aprendizagem das nossas crianças passa pelas rotinas e vai além dos muros da creche-escola.

Portanto, escola deve prezar pela objetividade e clareza ao envolver os pais, facilitar a sua participação e fortalecer os diálogos nos processos de tomada de decisão da creche assegurando, por exemplo, a participação de representantes dos

pais nas reuniões, no conselho escolar e escolha de madrinhas para representar a família/comunidade.

5.7.3. Diretrizes da comunicação escola/família/comunidade

A escola, enquanto instituição, tem variadas atribuições no que se refere à formação humana e social dos sujeitos inseridos no processo educativo. Entretanto, acreditamos que pensar a escola como o único lugar onde acontece a educação é um erro, haja vista que a educação ocorre em tempos e espaços distintos.

Para Libâneo (2001), o campo da educação é bastante amplo, pois abarca as diferentes modalidades da educação: educação formal, informal e a não formal, e essas vão se distinguir pela espontaneidade do ato educativo, sistematização dos conteúdos, etc. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a família e a comunidade fazem parte do processo educativo.

A escola, por sua vez, deve completar a tarefa da família, corroborando para as vivências sociais. Assim, o sucesso de toda instituição de ensino passa pela comunicação. A comunicação escolar com os pais deve ser dinâmica, clara e frequente. É sabido que uma relação entre família e escola beneficia o ensino, pois os educandos não se sentiriam isolados no contexto educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu 2º Artigo, reafirma a Educação como dever do Estado e da família:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996, p. 7).

A mesma lei, em seu artigo 12, estabelece como diretrizes:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão incumbência de;
VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Conforme a LDB, é importante estabelecer a relação Família/Escola/Comunidade no processo educativo da criança, pois tanto a família quanto a escola e a comunidade são referenciais que embasam o bom desempenho no âmbito escolar. Assim sendo, a Creche-Escola Maria Vitória mantém o diálogo e

a interação com a família e a comunidade por meio de ações e projetos que valorizam a cultura do contexto na qual estamos inseridos, bem como por meio de atividades laborais mais formais, como as reuniões com as famílias das crianças. Portanto, quanto melhor for o relacionamento entre estas instituições, mais positivos serão os resultados.

6. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

6.1. Concepção de Avaliação do PPP

É necessário manter uma relação de reciprocidade, nesse sentido se deve considerar o Projeto Político-Pedagógico como um processo contínuo de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de possíveis soluções para assim alcançar a sua intencionalidade e resolver os seus problemas. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico também deve ser avaliado periodicamente a fim de que as alterações necessárias sejam realizadas para que atendam às reais necessidades da instituição.

Para Veiga (2001, p. 32):

Acompanhar as atividades e avaliá-las levam-nos à reflexão, com base em dados concretos de como a escola organiza-se para colocar em ação seu projeto político pedagógico. A avaliação do projeto pedagógico, numa visão crítica, parte da necessidade de se conhecer a realidade escolar, busca explicar e compreender criticamente as cousas da existência de problemas, bem como suas relações, suas mudanças e se esforça para propor ações alternativas (criação coletiva). Esse caráter criador é conferido pela autocrítica.

Dessa forma, a avaliação do PPP na Creche-Escola Maria Vitória é compreendida como momentos de apreciação e exposição do ponto de vista de todos os membros da comunidade escolar, visando detectar a necessidade ou não de mudanças, permitindo inclusive, uma visão ampliada do percurso seguido pela instituição, ou seja, de como as ações estão sendo formalizadas, pois entendemos que o PPP deve ser reconstruído coletivamente sempre que necessário, tornando-o vivo.

6.2. Aspectos Teórico-Methodológicos dos Processos

Evidenciamos que a elaboração do PPP para a Creche-Maria Maria Vitória Correia foi um movimento exercido democraticamente dentro da instituição, objetivando promover a participação de todos os setores da comunidade escolar, por

se tratar de uma construção que orienta a política do dia a dia da escola, principalmente em suas ações pedagógicas coordenadas, visando alcançar objetivos no futuro. Vasconcelos (1995, p. 143) considera o PPP

Um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Sendo assim, esta elaboração está amparada por bases teóricas sólidas e deve ter assegurada sua compreensão por todos os agentes educativos que fazem parte desta instituição. As abordagens teóricas citadas neste PPP visam fundamentar as concepções apresentadas na perspectiva de uma apropriação de embasamento teórico que estabeleça as características, funções e dimensões desse documento que propõe uma direção política e pedagógica para as ações e o trabalho na unidade escolar.

Por conseguinte, os aspectos que dizem respeito aos processos teóricos se deram por meio de estudos e discussões a partir das seguintes teorias: Veiga (2013), Freire (2021), Segura (2001), Tiba (1996), Rego (2004), Luck (2006), Sousa (1995), Gadotte (2002), Saviani (1991) e Libâneo (2001). A (re)elaboração do nosso Projeto Político-Pedagógico também tomou como base os documentos legais DCRB (2020), DCRM (2022), BNCC (2018), Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil (1998) e LDB (1996), que fundamentaram o PPP para proporcionar um melhor entendimento sobre o processo educativo e, conseqüentemente, a qualidade do ensino.

Já os processos metodológicos que deram forma a este documento partiram de questionários que foram realizados com as famílias, crianças, professores e toda a comunidade escolar, além de estudos para busca de referenciais teóricos e autores que deram fundamentação durante as discussões com a equipe, bases para reflexões, análises e interpretações, permitindo sistematizar o trabalho de forma efetiva e formal.

6.3. Diretrizes para a implementação do Processo

Reelaboração concluída, a partir de fevereiro de 2023 iniciaremos e explanação do PPP para cada integrante da comunidade escolar através de

reuniões e a cada semestre o PPP terá um momento de partilha com toda equipe para analisarmos se o trabalho pedagógico e ações foram suficientes para o desenvolvimento da aprendizagem das turmas da creche.

Assim, as diretrizes para implementação do processo deste documento se constituirá através do consenso entre nossa equipe escolar que determinou as seguintes normas de cumprimento e verificação dos resultados obtidos a partir do ano de 2023:

- I. Logo após o início do ano letivo de 2023, será discutido em cada AC elementos que fundamentam a introdução dos novos projetos em nossa prática pedagógica;
- II. Serão propostos momentos de estudos aprofundado do nosso PPP, para que todos tenham conhecimento acerca das novas demandas que fundamentarão o nosso trabalho futuro;
- III. Nos momentos de estudos, será feita a distribuição dos projetos por etapa, cada projeto será articulado em conformidade com as demandas e estágio de desenvolvimento de cada turma;
- IV. Será distribuído um cronograma anual, com os temas e projetos, divididos por área do conhecimento e por etapa, com o intuito de informar aos alunos e aos pais/responsáveis sobre os projetos que serão desenvolvidos durante cada ano letivo, assim os mesmos terão conhecimento acerca dos projetos presente em nosso PPP e poderão acompanhar a implementação dos mesmos;
- V. Após a inserção dos novos projetos, faremos reuniões internas para compartilharmos as experiências e fazer uma verificação dos objetivos alcançados e das possíveis mudanças, caso seja necessário, para validar a aplicação e funcionalidade dos nossos projetos;
- VI. Ampliar a articulação com as famílias e a comunidade local, criando processos de integração da sociedade às demandas da escola, promovendo o conhecimento acerca da funcionalidade do documento em questão e o acompanhamento no processo de implementação e avaliação;
- VII. Incentivar a participação/observação das nossas crianças na verificação da implementação do PPP, através de roda de conversas para termos uma estatísticas da percepção dos mesmos em relação aos nossos projetos, dentro das possibilidades de cada criança;

- VIII. Após o fim de cada etapa letiva, será realizada uma reunião geral, na qual serão distribuídos questionários avaliativos sobre a implementação do nosso PPP, para que possamos ter uma avaliação institucional interna que qualifique a implementação e a funcionalidade do referido documento.

Nesta vertente, a Creche-Escola Maria Vitória Correia trabalha para que todas as suas partes articuladas, para que cada ação desague no alcance dos objetivos propostos. Toda comunidade escolar têm papel fundamental e entendemos que todos devem cumprir suas obrigações para que alcance o almejado. Deste modo, a equipe gestora tem um papel central e busca fazer com que todos se sintam parte do processo, cada qual com sua importância.

Os momentos coletivos que nos conduzem a essa articulação são trabalhados através de reuniões coletivas e individuais, encontros formativos realizados nos momentos de planejamentos, durante as formações continuadas, no dia a dia com trocas de informações e experiências práticas. Nossa equipe entende que a educação é um conjunto e que a conexão de todos envolvidos facilita o processo e a conquista dos objetivos, levando em conta todos os aspectos de relacionamento, pois quando a equipe trabalha com o princípio da gestão democrática o crescimento do trabalho coletivo é alcançado.

6.4. O Programa Institucional de Avaliação do PPP

Dentro do Projeto Político-Pedagógico a avaliação é o acompanhamento das metas traçadas para atender às necessidades da comunidade escolar. De forma sistemática e semestralmente nós da Creche-Escola Maria Vitória estaremos verificando se os objetivos estão sendo alcançados e quais ações necessitam ser repensadas ou redirecionadas.

Diante do exposto acima, elencamos as seguintes observações que serão realizadas durante o processo de avaliação do nosso Projeto Político-Pedagógico:

- I. O PPP está de fato sendo colocado em prática?
- II. Qual o nível de envolvimento de participação dos docentes no processo de implementação e avaliação do PPP?

- III. As metas foram alcançadas com base no esperado?
- IV. Caso as metas não tenham sido atingidas com êxito, quais foram os empecilhos? Quais caminhos devem ser trilhados para sanar tais problemas?
- V. Qual o nível de envolvimento da comunidade escolar nos mais diferentes aspectos de implementação e avaliação do nosso PPP?
- VI. Serão elencadas e avaliadas todas as sugestões referentes as ideias que surgirem nos momentos de estudos para avaliarmos de forma democráticas as melhores estratégias práticas dos novos projetos e do remodelando dos projeto já existentes, buscando a inovação dos mesmos;
- VII. Caso seja constatado algum déficit, será feito um debate para que os docentes e coordenadores exponham suas experiências e opiniões, articulando-as às possíveis soluções.
- VIII. Estes pontos serão discutidos e analisados no final do primeiro e do último semestre em reuniões realizadas pela gestão da escola, pela coordenação pedagógica junto à comunidade escolar.
- IX. O acompanhamento do Conselho Escolar nesse processo também será de vital importância, visto que é um órgão de representação junto à comunidade.

Consideramos que deste modo, a estará efetivando sua função enquanto instituição de desenvolvimento da aprendizagem e da formação humana, colocando em prática os preceitos pautados na efetiva democratização da participação da comunidade escolar, através do conhecimento e da participação de todos durante cada ano letivo e por meio das ações de avaliação do nosso Projeto Político-Pedagógico.

Assim, concluímos que a avaliação é um instrumento que objetiva e auxilia nos desafios cotidianos. Nossa equipe acredita que uma avaliação escrita em formato de questionário ao final do ano letivo para toda comunidade escolar na qual irá nortear melhor os pontos que devemos revisar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto Político-Pedagógico traz contribuições relevantes acerca da concepção de infância, cuidado e acolhimento nessa primeira etapa da educação. É importante destacar que todo esse processo de autoavaliação pelo qual passamos durante a elaboração deste PPP é porque a equipe Creche-Escola Maria Vitória Correia se preocupa com o bem-estar da criança, levando em conta que nessa fase ela precisa explorar ao máximo para potencializar suas habilidades e desenvolver-se de forma completa.

Nesse sentido, este PPP não deve ser visto como algo fixo no tempo, mas, sim, como uma peça de caráter flexível, sendo capaz de se adaptar às necessidades da nossa comunidade escolar. O processo de Avaliação do projeto Político Pedagógico ocorrerá anualmente, de forma coletiva com a comunidade escolar, pelo conselho escolar, ao qual compete deliberar, acompanhar e avaliar a execução deste, e então serão realizadas leituras, avaliações, reavaliações e, quando necessário, ajustes no mesmo, adequando-o à realidade de nossa instituição e das novas instruções.

Portanto, este projeto se apresenta como um trabalho colaborativo, com compromissos e objetivos. Para que as ações sejam efetivas, será necessário envolver os professores, os funcionários, os alunos e a comunidade escolar para acompanhar, refletir e avaliar, verificando se as ações contidas neste documento estão sendo desenvolvidas e se de fato estamos conseguindo atingir os objetivos propostos.

REFERÊNCIA

ARCE, A.; JACOMELI, M. R. M. (orgs.). **Educação infantil versus educação escolar? Entre a (des)escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula.** Campinas: Autores Associados, 2012.

ARAÚJO, U. F. de. **O déficit cognitivo e a realidade brasileira.** In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

ANGUERA. Bahia. Secretaria de Educação Municipal. **Proposta curricular Referencial a Anguera para a Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Bahia, Anguera: Secretaria Municipal de Educação, 2019.

ANGUERA. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/posts/noticias>. Acesso em: 18 de fev. 2022.

ALÓ, L. C. F. M. P; BRITO, M. E. L. (coord.). **Projeto de implantação da Educação Infantil (3 a 5 anos)**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2011.

BARBOSA, M. C. B. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BAHIA. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental / Secretaria da Educação do Estado da Bahia**. – Rio de Janeiro : FGV Editora, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. BRASIL.

_____. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/MEC, Nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Diretriz Curricular Nacional de Educação Infantil**. Brasília: D.O.U. de 18 de dezembro de 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social**. Brasília: MEC/SEF, v.01 e 02.1998. 85p.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF.

FLÔR, M. R. G **Educação Infantil: Análise do uso das tecnologias da informação e comunicação no processo pedagógica**. II CONEDU – Congresso Nacional de Educação. Editora Realize, Campina Grande, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br>. Acesso em: 10 de dez. 2019.

GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, V. A. de. **Comunicação e cultura: as idéias de Paulo Freire**.Vol 4. Rio de Janeiro,1981.

OLIVEIRA, T. de. **Avaliação institucional**. Curitiba: SEED-Paraná, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991

VEIGA, Ilma P.A. "**Escola, currículo e ensino**". In: I.P.A. Veiga e M. Helena Cardoso (org.) **Escola fundamental: Currículo e ensino**. Campinas, Papirus,1991.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível**. 16^a Ed. Cortez, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Trabalho original publicado em 1926).